

Desocupado lector

Sin juramento me podrás creer que quisiera que este libro, como hijo del entendimiento, fuera el más hermoso, el más gallardo y más discreto que pudiera imaginarse. Pero no he podido yo contravenir da orden de naturaleza, que em ella cada cosa engendra su semejante. Y así; qué podia engendrar el estéril y mal cultivado ingenio mio, sino la historia de um hijo seco, avellanado, antojadizo y lleno de pensamientos vários y nunca imaginados de otro alguno; bien como quien se engendró em una cárcel, donde toda incomodidad tiene su asiento y donde todo triste ruído hace su habitación? El sosiego, el lugar apacible, la amenidad de los campos, la serénidad de los cielos, el murmurar de las fuentes, la quietude del espíritu, son grande parte para que las musas más estériles se muestren fecundas y ofrezcan partos al mundo que le colmen de maravilla y de contento. Acontece tener um padre um hijo feo y sin gracia alguna, y el amor que le tiene le pone uma venda en los ojos para que no vea sus faltas, antes las juzga por discreciones y lindezas, y las cuenta a sus amigos por agudeza y donaires.

CONCLUSÃO: APÓS O SALTO MORTAL

*Não
 Não sei se é truque banal
 Se um invisível cordão
 Sustenta a vida real
 Cordas de uma orquestra
 Sombras de um artista
 Palcos de um planeta
 E as dançarinas no grande final
 Chove tanta flor
 Que, sem refletir
 Um ardoroso espectador
 Vira colibri
 Qual
 Não sei é nova ilusão
 Se após o salto mortal
 Existe outra encarnação
 Membros de um elenco
 Malas de um destino
 Parte de uma orquestra
 Duas meninas no imenso vagão
 Negro refletor
 Flores de organdi
 E o grito do homem voador
 Ao cair em si
 Não sei se é vida real
 Um invisível cordão
 Após o salto mortal
 (Chico Buarque/Edu Lobo – O Circo Místico)*

Comecei esta “viagem” trazendo a metáfora das rendeiras, as Rendas de Bilros e tentando escrever como se faz um bordado.

Ao final, outra metáfora ocupou a cena: o circo. Do circo ao trapézio com suas barras, suas piruetas, seu saltos “barra a barra”, solitários ou coletivos. Gosto de circo, adoro os trapezistas, mas a equilibrista andando no fio, com ou sem sobrinha, é um espetáculo impressionante.

João Bosco e Aldir Blanc, nos versos finais da música representando um “hino” do retorno à democracia - demarcando os estertores do período ditatorial, imposto pelo golpe civil-militar de 1964, vivido pelos brasileiros, escreveram: “a esperança equilibrista sabe que o show de todo artista tem que continuar”.

Chico Buarque de Holanda e Edu Lobo produzem as músicas para espetáculo do Balé Teatro Guairá, chamado “O Circo Místico”, em 1983, inspirados em poema parnasianista/modernista de 1938, escrito por Jorge Lima.

Percorreu o Brasil com a beleza deslumbrante do balé, música, teatro, circo, canções. Assisti com um grupo de amigos no Maracanãzinho a magia e, a distância daquele tempo só fez maximizar, na lembrança, o deslumbramento. Aqui a memória venceu o esquecimento.

As cores, os bailarinos e bailarinas contando a história do “Circo Místico”, através dos seus personagens e as vozes... ah! vozes cantando as canções genialmente suaves e místicas de Chico e Edu. A trilha sonora conta a história de um aristocrata e uma acrobata.

Como esquecer a voz trovejante de Tim Maia cantando “A Bela e a Fera”? Ou Gal Costa chorando “A História de Lily Braun”, ou Milton Nascimento marcando para sempre com sua “Beatriz” os corações e mentes daquela geração e das que a sucederiam. Quem não quer aprender a andar sem ter os pés no chão? Ri com “A Ciranda da Bailarina”.

Escolhi, dentre todas, para fazer parte da conclusão dessa viagem a música que dá nome ao espetáculo: “O Circo Místico”. Não pretendo explicar ao leitor porque cada palavra, cada verso, cada dúvida, falam dessa minha travessia. Porque o “salto mortal” é como vejo os términos de UM processo de escrita.

Que cada leitor faça a sua leitura, como sempre acontece nesse ato. Ainda que o autor tente “*dar instruções de leituras, dirigidas claramente ou impostas inconscientemente ao leitor*” (CHARTIER, 2009, p. 96), “*a leitura permanece um mistério*” (DARTON, 2009, p. 143).

Aqui, no meio do picadeiro, passo nas mãos e nos pés o pó de magnésio, seguro a primeira barra, lembro-me das ágeis mãos rendeiras, preparo-me para iniciar meu salto mortal com a mesma pergunta do início dessa viagem: qual a atualidade do meu tema?

Sei a motivação para adentrar no campo da História da Educação, ir construindo-me uma historiadora da educação, pesquisar sobre o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, do Instituto de Pesquisas Educacionais, dentro do projeto educacional anisiano, em, na Cidade do Rio de Janeiro.

Termino essa “viagem” com a pergunta inicial, trazendo algumas respostas:

a) esse não é um tema esgotado, ao contrário há pouco tempo começa a adentrar na cena acadêmica sob diversos ângulos.

b) tem sido considerado dentro do “universo acadêmico” um “tema menor”.

Utilizo tema menor na esteira do título – Kafka - Por uma literatura Menor - escrito por Felix Guattari e Gilles Deleuze. Guattari e Deleuze ao analisarem Kafka e suas obras denunciam a produção dos “temas” e “lugares” menores como maneira de controlar o poder subversivo dos mesmos e mantê-los sob controle.

Compartilhei com o leitor minha implicação com a temática há, pelo menos, 25 anos. Não se tem impunemente uma implicação por tão longo tempo, sem que nos tome de assalto o “sentimento” de (re)conhecer de perto procedimentos do Serviço e movimentos dos que circulavam ao seu redor, assim como a importância da conjuntura na qual aconteceu sua ação. A “sensação” vivida é de pesquisar o saber oriundo da própria prática, conhecer o já conhecido.

Sem menosprezar a sensação, sabia ser preciso, para validar o trabalho diante meus pares, “encontrar” documentação “provando” as ações do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental e as explicando.

O trabalho com as fontes me fez percorrer lugares de guarda da memória variados. A Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, destacou-se por ser a instituição depositária de grande volume documental relativo ao Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental e sobre Arthur Ramos, tendo elaborado um Guia de Fontes, em 1994, sob a assessoria da Profa. Luitgarde Oliveira Cavalcanti de Barros.

Porém, o acervo Arthur Ramos não está digitalizado. Ficou em caixas fechadas, desde a venda do acervo pela viúva Luisa Gallet, e, ao ser, cerca de 30 anos depois, organizado pela equipe da BN, a documentação foi separada por seções. Não obteve aquiescência o pedido de Luísa para o acervo ser arranjado de maneira a não fragmentá-lo. A documentação forma um “mosaico” faltando “pastilhas”, exigindo efetivamente o trabalho de “detetive” em busca de indícios. Há documentação ativa ou passiva em Alagoas, Salvador, Fortaleza, Paris, além de outras instituições no Rio de Janeiro.

Na Universidade Federal do Ceará estão as pesquisas e a produção teórica sobre folclore e Rendas de Bilro. Exposição permanente homenageia Arthur Ramos e Luisa Gallet. Em Alagoas, na sua cidade natal, encontra-se o Centro Cultural Arthur Ramos, com objetos pessoais expostos, banners, divulgando trabalhos e atividades culturais.

A experiência de trabalhar com fontes documentais dispersas, lacunares, deram-me cansaço, incertezas, pois é um “domínio” do qual é necessário abrir mão da pretensão de tê-lo de forma completa e permanentemente. Lembro-me do alerta de Arlete Farge (1991) quanto à atração exercida pelos arquivos, sobre o pesquisador, no momento do mapeamento das fontes, a importância de nos deixarmos surpreender, por vezes nos assustar.

Tornou-se difícil escrever sobre o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, trançando o foco do trabalho com a trajetória intelectual da personagem que o chefiou por cinco anos; adentrar nas vidas das famílias e das crianças consideradas “problemas” percebendo-as nos furtivos movimentos de escape proveniente das “dobras” do documento. Construí o meu próprio repertório no movimento de estranhamento.

Privilegiei, no primeiro momento do mapeamento das fontes, as fichas/inquérito, das crianças consideradas “problemas”, pela escola, encontradas em pastas dispersas na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Na minha hipótese essas fichas/inquérito haviam sido “abandonadas” por Ramos na composição do livro “A Criança Problema”, pois no primeiro cotejando com o livro, também fonte/objeto da pesquisa, não as encontrei listadas.

Esse narrador sucateiro (o historiador também é um Lumpensammler) não tem por alvo recolher os grandes feitos. Deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer (Gagnebin, 2006, p. 54)

As teorizações antropológicas tornaram-se necessárias para analisar o SOHM e os seus efeitos junto às escolas, as famílias, as “comunidades”. Interessa-me a chave da antropologia histórica para pensar a história da educação.

Conhecer a formação de Arthur Ramos, seu direcionamento para a Antropologia, suas inflexões teóricas levando-o ao campo da antropologia cultural, seu debruçar-se sobre a pesquisa da cultura material e não-material, principalmente dos diversos grupos étnicos negros, foi a chave, por mim utilizada, para pensar suas ações frente ao SOHM.

Em Ramos, a base antropológica cultural estava presente ao investigar os modos de sentir, modos de viver, modos de sociabilidade, lugares de moradia, crenças, hábitos das crianças consideradas problemas, suas famílias, a “comunidade” em geral. A

ficha/inquérito organizada por ele para o SOHM, a ser preenchida, inicialmente, nas escolas, sobre vários aspectos tem aproximação com as observações feitas pelos antropólogos culturais, e com as observações de Arthur em suas pesquisas sobre as etnias africanas, no Brasil.

Essa opção teórico-metodológica forneceu-me “pistas” preciosas para aproximar-me de um Serviço, que, como o intelectual que o pensou e organizou, estava/está coberto por um “silêncio” político-administrativo e intelectual.

A partir daí pude olhar e ver, com mais segurança, minúcias despercebidas num “olhar meio cego”. Nas fichas/inquérito preenchidas por vários mediadores, nos relatórios produzidos para narrar as ações junto às famílias e nas descrições sobre os encontros com as crianças e famílias, chamou-me atenção a “intenção” e a forma de dar inteligibilidade aos “costumes e cultura”, “aos modos de viver e pensar” dos homens comuns e anônimos. (FREITAS, 2008)

Como as manifestações culturais, individuais ou coletivas não se constituem a partir de uma produção linear e tranqüila de sentidos acumulados, mas surgem também de conflitos, de deslocamentos, de disfarces e de transferências, assim também a relação entre presente do intérprete e o passado (mais ou menos longínquo) da obra interpretada não se resume à mera relação de aceitação e transmissão (Gagnebin, 2006, p. 167).

Parte da implicação com o tema escolhido, encontra-se na minha trajetória como educadora, a dívida à escola pública, à Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Meu conhecimento e sensibilidade no campo educativo advêm da convivência muito próxima com pessoas “comuns”, famílias, lugares de moradia, professores(as) das escolas, intelectuais de renome que se sentaram na cadeira de Secretário(a) de Educação. Foram todos meus educadores.

No período pesquisado a intelectualidade colocou, uns mais que outros, seus nomes na história social e política do país, e, nesse grupo, Ramos produziu uma representação de si, reforçada pelo grupo de intelectuais com os quais teceu a rede de sociabilidade.

Que lugar social o intelectual ocupa e quem pode ocupá-lo? Quem era considerado intelectual, tanto no início do século XX? Quem é o intelectual na primeira década do novo milênio?

Ainda que circule no meio social, no meio acadêmico, na mídia de maneira geral, a importância do aprimoramento profissional e a necessidade de formação continuada, o que vemos é o professor da educação fundamental ser produzido como um profissional menor, em posição subalterna.

Situação que se agrava para aqueles que, detentores de títulos acadêmicos, continuam atuando nesta esfera da educação, pois, geralmente, não têm interlocução na própria rede escolar, o que o leva a um isolamento ainda maior, ou ao abandono desta esfera de trabalho, buscando inserção no nível superior de ensino, onde acreditam encontrarão interlocução para suas questões e, ainda, reconhecimento social.

Ocupantes de lugares marcados pela ambigüidade, sua ação profissional está permanentemente submetida ao estatuto da desconfiança, que muitas vezes se expressa na pergunta do porquê não está na universidade. Tacitamente vai sendo naturalizada a idéia corrente de que é um profissional muito bem preparado para estar na escola pública, se está é porque não é tão bem preparado.

Ambigüidade que se junta ao conjunto de ambigüidades e perversidades tão bem retratadas por Nóvoa: “não são burgueses, mas também não são povo; não devem ser intelectuais, mas tem de possuir um bom acervo de conhecimentos; não são notáveis locais, mas têm influência importante nas comunidades; devem manter relações com grupos sociais, mas não podem privilegiar nenhum deles; não podem ter uma vida miserável, mas devem evitar toda ostentação; não exercem o trabalho com independência, mas é útil que usufruam de certa autonomia (NÓVOA in LINHARES, in ALMEIDA, 2000, p. 7-8).

Examinando as motivações da busca pela implantação do projeto escola-novista na década de 1930, foi necessário ter em conta a necessidade de apreender processos e sujeitos múltiplos dentro do projeto geral.

Os sujeitos desses processos vividos cotidianamente são os considerados socialmente intelectuais na Capital da República; os(as) professores (as) das escolas públicas do período; pais e mães; as crianças das escolas; a população em geral, em especial as oriundas dos grupos menos abastados.

Construí relações com o período, o Serviço, as escolas, o intelectual, as crianças. Fiz escolhas para chegar ao fim da “viagem”.

Creio que o historiador tem o direito, e talvez o dever, de se envolver com seu assunto [...]. Mas deve, como todo homem de ciência, ainda que se trate de uma ciência tão particular e tão conjectural como a história, permanecer do lado de fora daquele que é antes um objeto, o objeto de seu estudo. O historiador não é um juiz (LE GOFF, 2002, p.787).

Escolhendo “não ser um juiz”, mas sem negar minha implicação, optei compreender o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental. Trabalhar a contrapelo as fichas/inquérito; respostas dadas aos questionários pelas professoras, falas aqui e acolá de familiares, bilhetes manuscritos de crianças. Entrar de maneira furtiva nas “escolas experimentais”, buscar a surpresa no cotidiano.

[...] fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a história não para de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas. Ela é habitada pela estranheza que procura, e impõe sua lei às regiões longínquas que conquista, acreditando dar-lhes a vida (CERTEAU, 2007, p. 46-47).

A intenção foi trabalhar a fala suspensa nos diálogos onde “estratégias” e “táticas”, no sentido cerotoniano, pudessem ser percebidas.

As bagagens de memória pessoal e social se multiplicam na partilha, apuram detalhes na narração, ganham foco caleidoscópico na associação, e nem assim esgotam o acervo com que o sujeito lida, pois museus, bibliotecas, cinematecas, prédios, academias, universidades, cidades, imagens e normas muitas vezes são formas de memórias institucionalizadas, cuja rememoração está sob controle social rígido. Estas memórias se tornam muitas vezes sagradas e alienam-se do cotidiano dos sujeitos, embora mantenham seu valor intrínseco (YUNES, S/d, p.2, in Nunes, 2003, p. 22).

As crianças que aprendi a conhecer pelos nomes deixaram de serem apenas números. Trazê-las – confesso que gostaria de ter colocado todas as fichas na Tese - ao texto e torná-las conhecidas, foi tarefa emocionante. Os relatórios e as cartas escritas pelas crianças exigiram sair a ficar no “cômodo” lugar de pesquisador adulto.

[...] para ler tais cartas, é preciso colocar-se na pele dos correspondentes, fazer-se solidário, provinciano, estrangeiro, criança. Fazer-se criança é desaprender a ler como adulto, desfazer-se de toda a bagagem cultural que pesa sobre a alma e sufoca a virtude (DARTON, 2009, p. 158).

A secção de Ortofrenia e Higiene Mental, do Instituto de Pesquisas Educacionais, não foi um Serviço “ingênuo”, “romântico”. Foi um espaço de luta possível para Arthur,

pondo-se na posição de combater os “testes massivos” preconizados por Lourenço Filho e os processos científicos de reconhecimento do criminoso nato defendidos por Leonídio Ribeiro.

Arthur Ramos fez do SOHM o lugar da sua “cordialidade”. “Cordialidade” no sentido utilizado por Sergio Buarque de Holanda, no livro *Raízes do Brasil*. O “homem cordial” como um modo de ser brasileiro é capaz de gestos extremamente sentimentais e cruéis. Aparentemente opostos, encontraríamos os “sentimentos” no mesmo sujeito, expressando-os na prática.

Logo não podemos reputar a Arthur Ramos e ao Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental um viés unicamente autoritário ou unicamente sentimental. Constitui-se uma discussão no “calor da hora” considerar que as fichas/inquérito tematizam somente o “modo de viver”, os “hábitos” das crianças pobres e, diante das constatações das condições de vida, medidas, somente, coercitivas foram tomadas pelos profissionais.

Outra consideração diz respeito as fichas/inquérito na composição do livro “A Criança Problema”. Buscar compreender o “caminho” feito pelas mesmas da escola até o Serviço dos técnicos, e deste para as páginas do livro, demonstrou o “rearranjo” das mesmas para servirem de exemplos práticos tanto das “causas” como dos “problemas”.

Considereei uma ficha/inquérito, nesse trabalho, como dispositivo para deixar claro o “rearranjo” intencional, feito por Ramos na ordenação didática do livro, foi da menina Lucíola. Foi, também, o dispositivo produtor da “desconstrução” da hipótese inicial feita por mim, de que as fichas/inquérito, encontradas no Acervo Arthur Ramos, da BN, haviam sido “totalmente” abandonadas. Ficará para trabalho futuro a compreensão dos acontecimentos que dão essa “impressão”, sendo um trabalho de pesquisa sobre acervos e suas trajetórias.

Mas, a afirmação do “conhecimento” dos lares pobres e precários como exercício único das práticas levadas nas escolas é negar todas as fichas/inquéritos onde as condições de vida das crianças eram descritas como boas ou ótimas.

O Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental não desconstruiu o “mito da incompetência popular”, substrato presente, até os nossos dias, nas ações participativas e na relação escola, famílias, “comunidades”. O reafirmou de maneira “agridoce”.

A força do “mito” não está no seu poder de “verdade”, mas no seu poder de conhecimento sobre o Outro. Manter o “mito da incompetência” serve para justificar

ações de “desumanizar” o outro e, a partir desse movimento, abrir caminho para atos de “barbárie” serem cometidos em nome da “civilização”.

Arthur Ramos desloca os estudos dos casos apresentados por cada ficha das crianças para construir dispositivos argumentativos generalizados no livro. Dessa forma, desconstruindo o caminho de perceber as fichas/inquérito no que demonstram em suas singularidades; no livro compreendo que devem ser vistas no contrapelo, isto é, no que não está dito no seu uso.

O SOHM, através de Arthur Ramos, atravessado por contradições, hesitações, contribuiu decisivamente para colocar no centro das discussões a criança em sua singularidade, ampliando as fronteiras que separavam “normais” e “anormais” e não recuou em afirmar que como o “selvagem” foi uma criação do “civilizado”, o “normal” criou o “anormal”. Dentro das possibilidades do seu tempo e com os dispositivos que possuía declarou a produção do “anormalizado”.

O embate com Lourenço Filho, deslocando o eixo do “anormal” para “normal” e combatendo os testes “massivos” e as “crianças caudas das turmas”, não era pouca coisa. Lourenço Filho teorizava, articulava, defendia suas concepções fazendo-as circular pelos meios a sua disposição. Tinha a Escola de Professores sob sua orientação e depois o Instituto de Educação. Suas trincheiras de lutas eram fortes.

A ficha de informação de Lourenço Filho da Associação Brasileira de Educação (ABE) não deixa dúvida sobre sua importância intelectual e dos lugares estratégicos ocupados e, onde, claro, buscou levar adiante suas idéias sobre os rumos da educação brasileira.

- a) Diretor de Instrução Pública do Estado do Ceará (1922-1925)
- b) Professor da Escola Normal de São Paulo (1925-1930)
- c) Diretor Geral do Ensino no Estado de São Paulo (1930-1931)
- d) Diretor do Gabinete do Ministro de Educação (1932)
- e) Diretor do Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)

De trajetória exitosa, o manual de iniciação Testes ABC para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita alcançou doze edições, entre 1933 e 1974, totalizando 62 mil exemplares, tendo sido traduzido para o espanhol, sob títulos diversos – Tests ABC para primer grado (Buenos Aires; Kapelusz) e Tests ABC de verificación de la madurez necesaria para el aprendizaje de la lectura y escritura (Buenos Aires: Kapelusz), e para o inglês: The ABC Test, a method of verifying the maturity necessary for the

learning of reading and writing, resume of the book Tests ABC (Philadelphia. Temple University).

Na Europa, os testes ABC foram divulgados por Radecka (1932) e por Piéron (1931), respectivamente com Les Tests ABC, pour la verification d'une maturité nécessaire à l'apprentissage de la lecture et l'écriture e Um essai d'organisation de classes selectives par l'emploi des Tests ABC (1931).

A partir da 3ª e 4ª edições do manual, a Companhia Editora Melhoramentos optou por acoplar a cada exemplar o material denominado Testes ABC: caixa com cem fórmulas individuais, ou ainda Testes ABC: material completo, que era vendido separadamente, nele constando folhas em branco para registros gráficos das respostas, fórmulas verbais, fichas para anotação dos resultados e fichas de avaliação individual (MONARCHA, 2008, p.15)

Nesse sentido, Lourenço Filho triunfou sobre Arthur Ramos.

Outra análise comum é aproximar o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental à Liga Brasileira de Higiene Mental de maneira amalgamada, significando que ao falarmos das práticas de um estamos necessariamente fazendo referência a prática do outro e vice-versa.

Essa abordagem desconhece as relações sociais mantidas por membros das instituições e a rede de sociabilidade produzida nesse período entre pessoas ou grupos, além de desconsiderar o fato de nenhuma instituição ser monolítica.

A Liga Brasileira de Higiene Mental mantinha relações com a Associação Brasileira de Educação e a Radio Sociedade, durante a gestão de Roquette-Pinto, não deixando a rádio de anunciar as programações da LBHM.

Descrição:

Pedido de sugestão e colaboração a campanha contra p alcoolismo.

Tipo de documento:

Circular**Quem escreveu:**

Ernani Lopes, da Liga Brasileira de Hygiene Mental

Para quem: Roquette-Pinto

Data: 22/02/1926

Referência:

A.03-0782

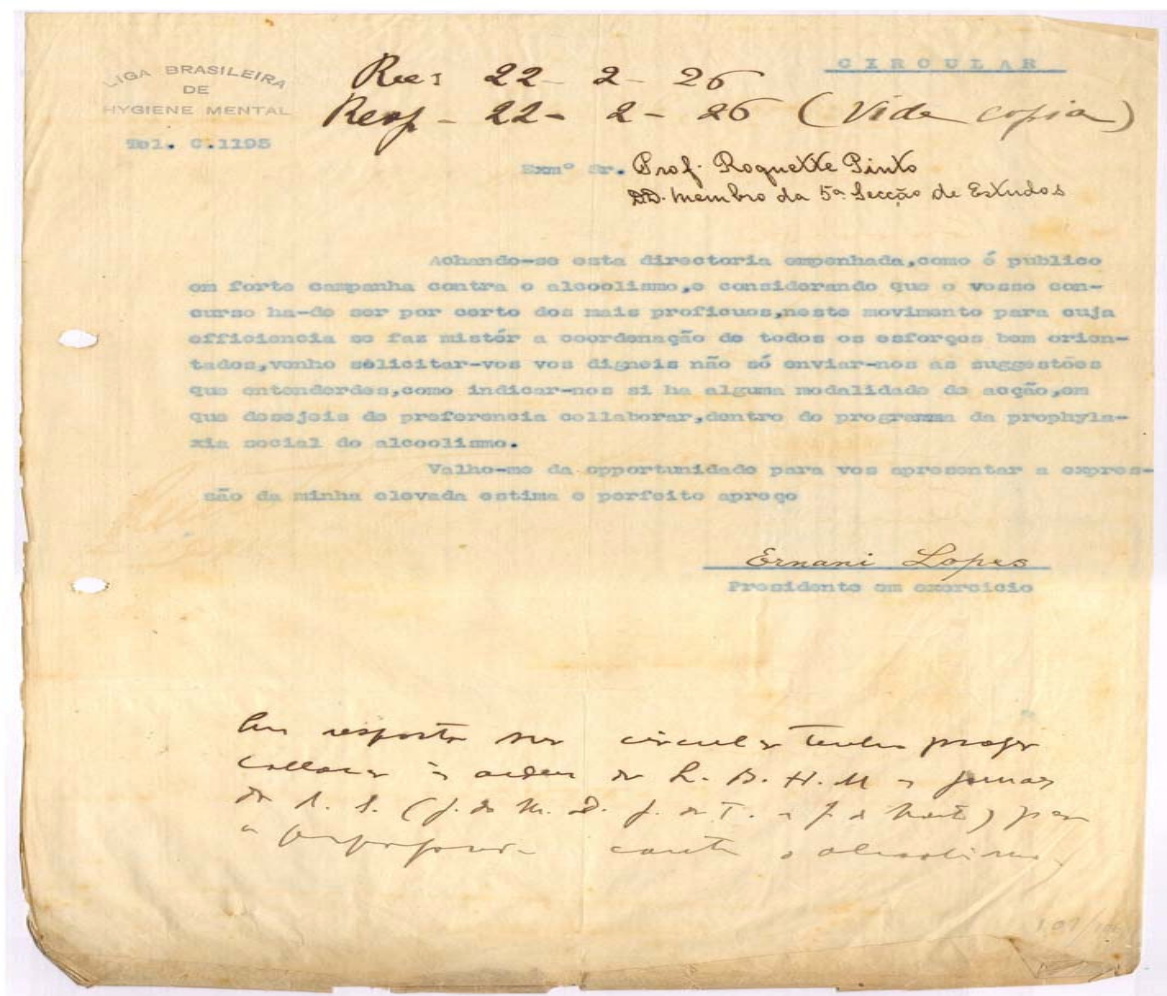


Fig. – Acervo Rádio Sociedade - FIOCRUZ

Artur Ramos mantinha “respeitoso distanciamento” das concepções e práticas preconizadas pela Liga Brasileira de Higiene Mental. Reconhecia sua história, porém demarcava as diferenças do surgimento das Ligas – tanto Internacionais como Nacional – no tratamento dos alienados das suas concepções a cerca das crianças com problemas das escolas públicas.

Marcando sua posição no campo da antropologia – nossa lente de análise – Arthur Ramos leu as contribuições da psicanálise na direção da sociedade, transmutando-a para a psicologia social.

Como já apontaram outros dos comentadores de Ramos (cf. Corrêa, 1982; Mokrejs, 1993; e Carvalho, 1995), a teoria freudiana era consumida, sobretudo pela via da oposição entre um “inconsciente”

mais “primitivo” (com todas as ambigüidades dessa palavra) e uma “consciência” capaz de “educar”, de se controlar (e eventualmente se autocontrolar) pela própria via dos recursos psicoterapêuticos colocados á disposição do processo civilizatório. Daí a importância que tiveram para Arthur Ramos, por exemplo, tanto a obra de Pfister (referida á psicanálise freudiana, mas nitidamente mais “moralizante” ou “didática”) quanto a de Piaget (cujo mentalismo é de caráter diferente do da psicanálise, mas fundamentalmente comprometido com a “educação” individual) (DUARTE, 1999, p. 15)

Se a higiene mental pode ser vista e tem sido analisada sob a lente da conformação dos corpos, principalmente dos grupos populares, ao projeto das elites intelectuais dominantes, considero essa uma análise parada na retórica dos oprimidos.

Análise onde não se perceber o “outro lado da moeda”: o cotidiano vivido pela população frente às práticas escolares e suas “estratégias” e “táticas” utilizadas. Cotidiano que se torna mais duro frente aos grupos mais empobrecidos da população a margem de saúde, educação, dignidade de moradia, cultura.

Acreditar no poder da educação para o encaminhamento não só dos problemas das crianças, mas também dos problemas nacionais, foi uma bandeira fundamental nas décadas de 1920 e 1930, com as discussões sobre a Escola nova. No caso de Arthur Ramos, só a tarefa da educação [e da kultur] permitira o Brasil atingir a “civilização” (ABREU, s/d, p.8)

Nosso objetivo ao interrogar esses fazeres, as marcas deixadas, a produção e reificação do “mito da incompetência popular” para opinar sobre a educação necessária para seus filhos (as), procurando compreender o caminho trilhado pelos participantes do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, também, buscou “sentir” de perto “o gosto agridoce da ciência”.

Apresentei o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, o intelectual Arthur Ramos, como os compreendi, ciente de que outras compreensões são perfeitamente possíveis Se “bordei” Arthur com um bonito trançado, foi porque pude percebê-lo como um humano, vivendo “apressadamente” e agindo no seu tempo. Por vezes, o intelectual foi “demasiadamente humano”.

Ramos desejava através do SOHM, tocar as crianças e, através das ferramentas teórico-práticas das quais era possuidor, transformar suas vidas, como “um rei taumaturgo”.

Ao aproximar-se o final dessa empreitada mais uma interrogação: por que escrever as histórias dos esquecidos, dos anônimos?

Para exumar os mortos me responde Certeau, para trazer ao presente um passado que assim se presentifica. Os “sujeitos ordinários”, os “anônimos” são passado no ato da escrita historiográfica. Os historiadores os fazem retornar a cena da história, uma história das coisas e da vida, para entendermos o mundo e quem somos nós no mundo. Pelo menos assim nos explicamos e ao nos explicarmos nós definimos.

Um incessante trabalho de diferenciação (entre acontecimentos, entre períodos, entre dados ou entre séries, etc...) é, em história, a condição de todo relacionamento dos elementos distintos e, portanto, de sua compreensão. Mas, este trabalho se apóia na diferença entre um presente e um passado. Supõe sempre o ato que propõe uma novidade, desligando-se de uma tradição, para considerá-la como um objeto de conhecimento. [...]. O morto ressurgue dentro do trabalho que postulava seu desaparecimento e a possibilidade de analisá-lo como um objeto. (CERTEAU, 2007, p.47)

Um paradoxo da história está na sua escrita que põe em cena uma população de mortos. A historiografia tem uma estrutura de quadros articulados como uma trajetória. Ela re-apresenta mortos no decorrer de um itinerário narrativo.

A escrita, assim entendida, representa o papel de um rito de sepultamento; ela exorciza a morte introduzindo-a no discurso; ela não fala do passado senão para enterrá-lo. Um túmulo no duplo sentido: ela honra e elimina.

O leitor é o substituto do ser ausente, prisão do gênio “mau” da morte. A linguagem permite a uma prática situar-se com relação ao seu outro, o passado, tornado nesse movimento com que o próprio passado seja uma prática.

Afinal, o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental existiu, como aqui o compreendi? Arthur Ramos existiu como aqui o problematizei?

Penso que sim e não. Há verdade e há invenção em tudo que escrevi. Então, porque escrever? Para Luiz Fernando Duarte (1999) a história das intensas atividades desenvolvidas pelo Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental até 1939 mal começou a ser realizada (p. 15).

Saindo da última barra do trapézio, num “salto mortal” solitário, utilizei a escrita como “ferramenta de luta”, para que as ações do SOHM não se percam “como lágrimas na chuva”.